

Bíblia, cultura, sociedade no Portugal contemporâneo: o contributo discreto e persistente da Sociedade Bíblica

TIMÓTEO CAVACO

Sociedade Bíblica de Portugal – Sociedade Portuguesa da História do Protestantismo

Ao longo de 205 anos¹ de presença em Portugal, a Sociedade Bíblica tem mantido uma ação consistente, muito focada no desiderato de tornar a Bíblia acessível e disponível para o maior número de cidadãos. Restrições de vária ordem impediram ou, pelo menos, moderaram a criação de condições para que esta instituição e o trabalho por ela desenvolvido adquirissem uma dimensão equivalente à tarefa a que desde o princípio se propôs. Há que admitir, todavia, que devido a uma certa obstinação persistente pelo seu fito inicial, não são despiciendas as marcas que a Sociedade Bíblica foi deixando na sociedade portuguesa, tanto nos meios eclesiásticos como mesmo fora deles.

¹ Para informação histórica mais detalhada sobre a presença e desenvolvimento da Sociedade Bíblica em Portugal, ver: Timóteo A. J. CAVACO, «O contexto específico das origens da Sociedade Bíblica e o seus “vários começos” em Portugal», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* Ano IV:7/8 (2005) 31-49 e Luís Aguiar SANTOS, «Evolução da presença em Portugal da Sociedade Bíblica: de Agência Britânica a Instituição de Utilidade Pública», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* Ano IV:7/8 (2005) 51-61.

Não sendo a Sociedade Bíblica uma instituição de raiz portuguesa, o seu surgimento terá de ser entendido num contexto mais lato, ligado a uma realidade localizada na transição de setecentos para oitocentos, com características algo diferentes do momento muito próprio que Portugal então atravessava. Nas Ilhas Britânicas, o entusiasmo particularmente vivido pelas correntes não-conformistas do protestantismo, tinha levado à criação de diversas «sociedades missionárias», cuja ação depressa se estendeu a outros territórios, aproveitando em larga medida a considerável expansão do Império Britânico e também os desenvolvimentos tecnológicos proporcionados pela Revolução Industrial. A *Bible Society*², sendo até dos últimos movimentos a ser criado no contexto atrás referido, introduzirá uma dimensão um tanto diferente e certamente complementar à ação das outras sociedades. Desprovida de um sentido e mesmo de composição e mandato denominacionais ou sectários, a *British and Foreign Bible Society* (BFBS) reage desde bem cedo a uma tentação evangelizadora ou catequética *tout court*, concentrando-se no objetivo de produzir e distribuir a Bíblia e, sempre que necessário, iniciar novas traduções ou rever as existentes. Surgindo, pois, a BFBS num caldo muito próprio onde pululavam e efervesciam as mais diferentes tendências cristãs³, a instituição adquire desde muito cedo um largo espetro de aceitação e respeito, tanto pelo *status quo* como precisamente pelas franjas.⁴

O processo de receção e implantação do movimento em Portugal é bastante diferente daquele que se tinha verificado em território britânico

² Expressão que nas línguas latinas foi traduzida com recurso ao adjetivo «bíblica» mas que mais corretamente deveria ter preservado o sentido original, como «Sociedade da Bíblia».

³ Após o estabelecimento das principais tendências doutrinárias e eclesiais protestantes ao longo dos séculos XVI e XVII (luteranos, calvinistas / reformados, anglicanos, anabatistas) assistiu-se a uma certa cristalização do movimento na Europa e mesmo na América do Norte. A partir de meados do século XVIII, em larga medida em ligação ao impressionante movimento missionário que então se gerou, surgiu um vasto leque das chamadas denominações protestantes ou evangélicas, muitas de cariz pietista ou mesmo com um discurso milenarista muito acentuado. Em particular na «Inglaterra vitoriana» assiste-se em simultâneo à própria revitalização da Igreja de Inglaterra e mesmo a fenómenos pontuais de renovação na igreja católica, nomeadamente como o «Movimento de Oxford» e a conversão ao catolicismo de um dos seus maiores protagonistas, John Henry Newman (1801-1890), que viria a ser tornado cardeal pelo papa Leão XIII em 1879.

⁴ Os primeiros membros da BFBS, homens e mulheres, eram maioritariamente anglicanos mas é de relevar a presença nos órgãos diretivos da instituição de fiéis de várias igrejas não-conformistas e mesmo da igreja católica. De todo o modo, a BFBS tem uma disposição estatutária desde o início – e que ainda hoje persiste – segundo a qual nenhum «clérigo» pode integrar o seu *Board of Trustees*.

apenas alguns anos antes. Ao contrário da diversidade religiosa que se vivia nos países do Norte da Europa⁵ e mesmo na maior parte das nações do continente, Portugal continuava a viver em quase absoluto monolitismo. Não há, por isso, condições de caráter legal, normativo, ou mesmo estrutural para que logo em 1809 a Sociedade Bíblica se estabeleça formal e oficialmente no país. O que acontece é uma ação muito mais conjuntural e pontual que, sendo bem sucedida, virá a ter continuidade.⁶ Tanto é assim que, face a um contexto muito mais dominado pela conjuntura do que em consequência de uma ação concertada, intencional e planeada, a Sociedade Bíblica dá os seus primeiros passos, sem um impacto considerável no tecido sociorreligioso português, mas brandamente contribuindo para a alteração dos paradigmas vigentes.⁷

A Sociedade Bíblica e os seus diferentes momentos em diferentes contextos

Podem-se agrupar em três os principais períodos de presença da Sociedade Bíblica em Portugal, desde o início da sua atividade em 1809 até aos dias de hoje, particularmente no que concerne à sua implantação no tecido sociorreligioso português.

– Numa primeira fase, de 1809 a 1864, a despeito de algumas tentativas de maior estruturação que mais adiante consideraremos, não se pode falar propriamente de uma instituição com registo e colaboradores permanentes, muito menos contando com envolvimento de nacionais. A missão de distribuição da Bíblia está entregue, num primeiro momento, principalmente a capelães militares britânicos que, a propósito da intervenção do exército comandado por Beresford na Guerra Peninsular, aqui se

⁵ Apesar de na maior parte destes países se verificar uma presença maioritária de igrejas protestantes, ao contrário do sul da Europa em que pontificava o catolicismo, a tendência cissiparitária genética do protestantismo promoveu desde bem cedo essa mesma diversidade.

⁶ A ação da Sociedade Bíblica na primeira fase da sua presença em Portugal beneficiou em grande medida da presença no país de capelães militares britânicos que acompanharam os seus militares durante a Guerra Peninsular, mas também de muitos comerciantes, particularmente os que estavam ligados à exportação do vinho do Porto, desde meados do século XVIII.

⁷ Para além de uma progressiva e paulatina vulgarização da presença da Bíblia nos lares portugueses não há elementos que permitam concluir que se tenha notado uma rápida alteração nos hábitos dos portugueses em relação à leitura individual da Bíblia.

assumiram como representantes naturais da BFBS. Ainda neste período há dados que mostram o envolvimento de diversos comerciantes britânicos na divulgação das edições bíblicas em língua portuguesa, para além dos próprios responsáveis eclesiásticos das comunidades britânica e germânica, já com longa presença em território nacional.⁸ Sem comunidades protestantes de língua portuguesa, a divulgação das edições bíblicas nas traduções do pastor protestante João Ferreira de Almeida (1628-1691) e do padre católico António Pereira de Figueiredo (1725-1797) fazia-se naturalmente por entre as populações de matriz católica-romana, embora sem registo de grande animosidade por parte dos seus recetores.

– Numa segunda fase de presença, a Sociedade Bíblica adquire uma estrutura e um estatuto de «agência» da BFBS em Portugal, período que decorre de 1864 a 1971 (mais de um século!) embora formalmente a presença da agência só tenha terminado em 1989 com a constituição da Sociedade Bíblica de Portugal.⁹ Este longo período corresponde não só ao início do processo de nomeação de representantes formais da BFBS em Portugal¹⁰ como também ao desenvolvimento de uma rede de colportagem¹¹ que em grande medida passou a determinar a estratégia de atuação da instituição. Nesta fase é praticamente indissociável a ação da Sociedade Bíblica à das emergentes comunidades protestantes, dinamizadas em larga

⁸ A única iniciativa concreta com origem em território nacional tendente à formação de uma Sociedade Bíblica pertence a Vicente Gomez y Tojar em 1835, segundo nos dá conta a seguinte obra: Albert ASPEY, *Por Este Caminho: Origem e Progresso do Metodismo em Portugal no Século XIX; Umhas páginas de história da procura da Liberdade Religiosa*, Porto: Sínodo da Igreja Evangélica Metodista Portuguesa, 1971, pp. 20-21.

⁹ Associação religiosa sem fins lucrativos constituída por escritura de 18 de janeiro de 1989 e com Estatutos publicados em *Diário da República* a 18 de março do mesmo ano. A 14 de outubro de 1996 foi reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, inscrevendo-se no Registo de Pessoas Coletivas Religiosas a 16 de fevereiro de 2007.

¹⁰ Até 1969 foram sucessivamente nomeados para esta função quatro britânicos e um suíço, embora todos eles com residência em Portugal antes de a sua nomeação ocorrer. Só no final da década de 60 do século XX assumiu funções como agente da BFBS o primeiro cidadão português, o pastor presbiteriano Augusto Esperança que 20 anos depois do início do seu trabalho viria a operar a autonomização da instituição.

¹¹ O termo «colporteur» é um vocábulo de origem latina, embora nos tenha chegado do francês *colporteur*, com a mesma grafia utilizada em língua inglesa pela BFBS. Literalmente com o significado de «transportar ao pescoço» designava os vendedores ambulantes de Bíblias, comissionados pelas Sociedades Bíblicas, que em Portugal e noutros países do mundo faziam a divulgação dos exemplares impressos da Bíblia, particularmente em locais públicos como feiras, mercados, etc. Em Portugal os primeiros colportores eram todos portugueses, muitos dos quais convertidos ao protestantismo no Brasil.

medida por cidadãos estrangeiros residentes ou mesmo já nascidos em Portugal (mormente britânicos) mas também por entidades missionárias protestantes que particularmente durante o período da Regeneração aqui viram boas oportunidades de implantar as suas agências e proselitizar a população portuguesa. Sendo os colportores recrutados na sua larga maioria nas estigmatizadas mas dinâmicas comunidades protestantes é natural que tenha sido quase total o grau de permeabilidade entre o protestantismo nascente e a Sociedade Bíblica, pelo que esta instituição passou largamente a ser olhada como o braço da missão bíblica das igrejas protestantes.¹² Ainda que formalmente este nunca tenha sido um paradigma de ação assumido pela Sociedade Bíblica,¹³ a verdade é que as diversas representações que nos chegam deste período para aí apontam,¹⁴ razão pela qual, mesmo depois da sua autonomização a instituição tenha continuado a ser vista como uma «entidade protestante». As sucessivas mudanças de regime (monarquia constitucional, república, ditadura militar e nacional, Estado Novo) foram olhando para a ação da Sociedade Bíblica com alguma bonomia¹⁵ em larga medida devido ao seu estatuto como entidade estrangeira. Se é verdade que esta filiação em alguns momentos preservou a Sociedade Bíblica de maiores constrangimentos ou mesmo da sua ilegalização, também não deixa de ser pertinente o facto de a instituição, apesar da sua longa presença em Portugal, ter sido muitas vezes olhada como «desnacionalizadora».

¹² A verdade é que alguns dos colportores vieram a ser pastores e missionários protestantes, não sendo invulgar que, em certas ocasiões, após exercerem a sua missão de divulgação da Bíblia numa determinada localidade ao serviço da Sociedade Bíblica, acabassem por se tornar fundadores e dirigentes de comunidades protestantes nessas mesmas localidades. Algumas igrejas e denominações protestantes também desenvolveram o seu próprio sistema e rede de colportagem pelo que com frequência estes homens eram confundidos com os colportores da Sociedade Bíblica aumentando assim a percepção da instituição como estando ao serviço das igrejas protestantes.

¹³ Os relatórios anuais da BFBS dão conta de uma constante preocupação em que a agência se mantenha focada na sua missão de divulgação da Bíblia sem a transformar num palco de ações diretas de propaganda religiosa ou mesmo de trabalho pastoral, deixando para as diferentes igrejas essa responsabilidade. Aliás, por muitos anos se manteve a disposição de as próprias edições bíblicas não conterem «notas ou comentários».

¹⁴ Ou seja, tanto do lado católico a Sociedade Bíblica era conotada com a missão protestante, como as comunidades e agências missionárias protestantes a percecionavam como parte da sua dinâmica de implantação nacional.

¹⁵ As maiores dificuldades e impedimentos ao livre exercício da ação da Sociedade Bíblica e dos seus colportores de que há registo correspondem ao período da monarquia, apesar de a república ter trazido também algumas dificuldades não expectáveis, bem como o período do Estado Novo com frequentes torpores administrativos.

– A última fase da presença da Sociedade Bíblica em Portugal inicia-se com o fim da «era (ou século) da colportagem» e mantém-se até aos dias de hoje, correspondendo, como já vimos, à autonomização e «nacionalização» da Sociedade Bíblica, com a constituição de uma associação dirigida por cristãos nacionais, que em 1996 foi reconhecida de utilidade pública. Embora cada uma das fases da sua história tenha ajudado a sedimentar e inalienar da sociedade portuguesa a presença da Sociedade Bíblica, é bem verdade que a afirmação pública da instituição se acentuou e tornou mais visível nos últimos 45 anos. Para esta realidade, para além da já referida alteração estrutural do movimento, contribuíram também razões exógenas, as quais, conjugadas, permitiram a concretização de alguns projetos e iniciativas que noutra contexto temporal teriam sido difíceis, se não mesmo impossíveis. No plano nacional, o período de desagregação do Estado Novo que culminou na revolução de 1974, bem como a progressiva abertura da sociedade a um processo gradual de diferenciação religiosa, iniciada ainda no século XIX mas nunca propriamente garantida sob o ponto de vista legislativo, contribuíram decisivamente para que a Sociedade Bíblica fosse encarada como parceiro natural não só de todas as igrejas, incluindo a igreja hegemónica, como também de um vasto conjunto de entidades públicas e privadas que têm acolhido no rol das suas iniciativas muitas propostas desta instituição.¹⁶ No plano religioso e das relações eclesiais, a realização do II Concílio do Vaticano mas principalmente a proclamação da *Constituição Dogmática Dei Verbum sobre a Revelação Divina* em 1965, pelo papa Paulo VI, e a subsequente assinatura do protocolo *Guiding Principles for Interconfessional Co-operation in Translating the Bible* entre as Sociedades Bíblicas Unidas e o então Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos em 1968, foram elementos preponderantes na normalização das relações institucionais entre o movimento universal das Sociedades Bíblicas e a igreja católica romana.¹⁷ Pode assim

¹⁶ Para informação mais detalhada sobre as parcerias que a Sociedade Bíblica tem estabelecido nas últimas décadas, consultar: Sociedade Bíblica: Entidades Religiosas, [URL] <http://www.sociedade-biblica.pt/canais_pagina.php?id_canais_new=2&id_canais_menu_new=3&id_canais_menu_sub_new=27> [28.02.2014] e Sociedade Bíblica: Entidades Públicas e Privadas, [URL] <http://www.sociedade-biblica.pt/canais_pagina.php?id_canais_new=2&id_canais_menu_new=3&id_canais_menu_sub_new=28> [28.02.2014].

¹⁷ O facto de as Sociedades Bíblicas terem tido origem em países de maioria protestante ajudou a desenvolver a perceção da leitura da Bíblia como uma «prática protestante». Ao longo do

dizer-se que em Portugal a Sociedade Bíblica tem procurado nas últimas décadas manter um serviço relevante à sociedade portuguesa em geral e muito particularmente às diferentes famílias cristãs, sem ignorar a sua forte e quase umbilical ligação às igrejas e movimentos protestantes. A própria família protestante, porém, tem nos últimos 50 anos divergido entre si no que diz respeito à natureza das relações intereclesiais, pelo que a Sociedade Bíblica, embora promovendo o diálogo de todos os cristãos em torno da promoção da Bíblia, não tem tomado parte ativa no processo formal comumente designado por «diálogo ecuménico» preferindo assumir-se como movimento interconfessional.¹⁸

A Bíblia e as bíblias «ditas» em português

Dar a conhecer a Bíblia em língua e linguagem devidamente decifradas e decifráveis é sobretudo um contributo cultural e civilizacional. Afirma Tolentino Mendonça que «desconhecer a Bíblia não é apenas uma carência do ponto de vista religioso, mas é também uma forma de iliteracia cultural».¹⁹ A Bíblia é, pois, revelação, no sentido em que o sublime, o Deus trinitário dos cristãos, ontologicamente comunicacional, entra em contacto com o finito e incompleto, transcendendo a sua própria ilimitude, e «usando de linguagem, que vai muito para além de idioma. A revelação não está limitada a um tempo, a um espaço, muito menos a uma língua. Existem as línguas originais em que a Bíblia foi escrita, o hebraico, o aramaico, o grego, mas existem depois mais de dois milhares e meio de línguas em que a Bíblia já está traduzida no todo ou em parte; a Bíblia

século XIX diversos documentos papais abordam de forma bastante negativa a ação das Sociedades Bíblicas, desde logo em 1816 com o papa Pio VII e em 1846 com a encíclica *Qui Pluribus* do papa Pio X. Ver: Timóteo CAVACO, «O associativismo cristão para além das fronteiras confessionais: limites e relevância», in António Matos FERREIRA – João Miguel ALMEIDA (coord.), *Religião e Cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2011, 607-617, p. 614.

¹⁸ Para uma melhor compreensão das diferentes sensibilidades a arranjos institucionais no meio protestante português, ver: Rita Mendonça LEITE, «Polaridades no campo protestante em Portugal», in Alfredo TEIXEIRA (org.), *Identidades Religiosas em Portugal: ensaio interdisciplinar*, Lisboa: Paulinas, 2012, 255-286.

¹⁹ José Tolentino MENDONÇA, *A Leitura Infinita: Bíblia e Interpretação*, Lisboa: Assírio & Alvim, 2008, p. 46.

também é essas línguas. A tradução das Escrituras é pois um exercício teológico, mas também antropológico e sociológico, da maior relevância. Nas palavras de Steven Engler a tradução da Bíblia, e de outros textos religiosos, tem de ser perspetivada em três dimensões: «(i) vertically, from the divine to the human, the transcendent to the immanent, the eternal to the temporal; (ii) from background to foreground, across synchronic boundaries of language and culture; and (iii) horizontally, across diachronic boundaries from the past to the present and on into the future».²⁰ Esta citação dá-nos uma pequena sombra da complexidade envolvida na tradução de textos religiosos, mormente a Bíblia, certamente o mais escrutinado escrito que existe à face da terra.

O movimento das Sociedades Bíblicas sempre teve em alta consideração o esforço de traduzir a Bíblia, e Portugal e a língua portuguesa não foram exceção a esse desígnio. Naturalmente, quando no início do século XIX a Sociedade Bíblica inicia a sua ação em território nacional, já a Bíblia «em linguagem» não era novidade. A língua portuguesa tem, aliás, sido beneficiada desde tempos remotos da nossa nacionalidade com a tradução de textos bíblicos, e com eles vieram a cultura, as vivências, finalmente o ser povo e nação. Falar da Bíblia em português é recuar aos tempos de D. Dinis e, já nesse tempo, ao labor dos monges de Cister que por terras de Alcobaça se esforçavam por pôr o povo a «dizer» a Bíblia. Falar da Bíblia em português é recordar esse tão diletto membro da «ínculta geração», D. Duarte, que no seu *Leal Conselheiro* faz questão de incluir textos sagrados em língua lusa. Falar da Bíblia em português é ter presente a generosa senhora D. Leonor, nobre mecenas de uma das primeiras obras impressas no nosso país, *Vita Christi*, contendo a tradução portuguesa da famosa obra de piedade medieval de Ludolfo de Saxónia. Falar da Bíblia em português, é incluir o grande humanista português Damião de Góis que, apesar de não ter ido além da tradução de um livro do Antigo Testamento, marca indelevelmente esta gloriosa cronologia.

A Bíblia completa só chegaria à forma impressa mais de dois séculos após a tentativa de Damião de Góis. Primeiro com João Ferreira de Almeida e depois com António Pereira de Figueiredo. Em pleno século XX uma

²⁰ Steven ENGLER, «Translation, tradition and the eternal present of the sacred text», in Carlos GOHN – Lyslei NASCIMENTO (org.), *A bíblia e suas traduções*, São Paulo: Humanitas, 2009, p. 233.

fantástica representação da percepção comum desta realidade é-nos dada nas *Poesias de Álvaro de Campos*, em que o virtuoso Pessoa regista: «A Bíblia, em português (coisa curiosa!), feita para protestantes».²¹ Curioso é também que precisamente na época em que Álvaro de Campos tinha esta epifania saía à estampa, em 1933-1934, a primeira tradução bíblica completa que mais divulgação viria a ter entre os católicos portugueses na primeira metade do século XX. Tratava-se de uma edição em quatro volumes dos 73 livros da Bíblia (três volumes com o Antigo Testamento e um volume com o Novo Testamento), feita a partir da Vulgata Latina pelo monsenhor Manuel de Matos e Silva Soares de Almeida (? – 1957), da diocese do Porto, prefeito no Seminário Maior daquela diocese e um dos mais emblemáticos párocos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição no século XX.²² Esta obra, que ficou conhecida por «Bíblia de Matos Soares», iniciava o seu prólogo de modo absolutamente emblemático, que vale a pena aqui reproduzir, pelo menos parcialmente.

«Há muito tempo que os protestantes acusam a Igreja católica de proibir aos fiéis a leitura da Bíblia em língua vulgar. É fácil, porém, reconhecer a falsidade desta acusação. São inúmeras as versões da Bíblia, que têm sido feitas em todos os séculos, e em todos os países e línguas da terra, com a aprovação e aplauso da Igreja católica, a qual não se cansa de recomendar a leitura e a meditação deste livro admirável, todo escrito para nosso ensino, como diz S. Paulo (Rom. XV,4). Proíbe, sim, a Santa Igreja a leitura de algumas versões da Bíblia em que é mutilada a palavra de Deus, e falseado o seu verdadeiro sentido. Estão neste número as que são profusamente distribuídas pelas sociedades bíblicas protestantes, acompanhadas muitas vezes de panfletos em que se dá ao texto sagrado interpretações falsas, que muito mal fazem às almas. Para atalhar tão perniciosos efeitos é que se publica, em edição popular, esta nova versão da Vulgata, em língua portuguesa [...]»²³

²¹ Fernando PESSOA, «Ali não havia eletricidade», *Poesias de Álvaro de Campos*, [URL] <<http://arquivopessoa.net/textos/278>> [28.02.2014]

²² Herculano ALVES, «Panorama das traduções da Bíblia em Português no século XX e a sua receção no meio católico», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* série monográfica vol. VI (2010) 209-236, p. 212.

²³ «Prólogo», *Bíblia Sagrada traduzida e comentada pelo Pe. Matos Soares*, vol. 1, Porto: Tipografia de Alberto de Oliveira, 1951, p. 6.

Não nos importa neste contexto fazer uma análise aturada das virtudes ou defeitos desta tradução bíblica que acabou por perder presença e influência no meio católico português com as traduções subsequentes influenciadas pela *Carta Encíclica* Divino Afflante Spiritu, proclamada em 1943 pelo papa Pio XII.²⁴ O passo supracitado do prólogo da *Bíblia Sagrada* na tradução de Matos Soares, conjugado com a exclamação de Álvaro de Campos, é um sinal muito fiel do ambiente dominante no tecido sociorreligioso português durante uma grande parte da época contemporânea portuguesa, no que diz respeito à percepção e receção da Bíblia, bem como da única entidade que se dedicava de forma exclusiva à sua difusão, a Sociedade Bíblica. Ou seja, a Sociedade Bíblica chega a meados do século XX, quando as principais famílias históricas do protestantismo histórico e pietista já se tinham plenamente instalado no país, representada como entidade responsável pela profusão da Bíblia em português em conjugação com essas igrejas.

Valerá, porém, a pena determo-nos por mais algum tempo na análise dos critérios que presidiram à escolha das traduções bíblicas que a Sociedade Bíblica então editava. Para tal teremos que recuar a 1809, talvez mesmo a 1808. O interesse pela publicação da Bíblia em língua portuguesa por parte da BFBS é explicado no seu relatório anual submetido em 1809. Nele se pode ler:

«The number of Portuguese at Portsmouth and other parts of this country, together with the facilities now afforded for communication with Portugal and Portuguese Islands and Colonies, suggested the determination to print an edition of the New Testament in their language for their use.»²⁵

Estes portugueses em Portsmouth e noutras partes das ilhas britânicas eram fundamentalmente refugiados políticos que ali acorriam em fuga do estado de guerra em que Portugal se encontrava.²⁶ Eram pois cidadãos que

²⁴ Para informações mais detalhadas sobre este tema consultar: Herculano ALVES, «Panorama das traduções da Bíblia», pp. 211-214.

²⁵ «Portugal», *The Fifth Report of the British and Foreign Bible Society*, Londres: BFBS, 1809, pp. 10-11.

²⁶ Para informação mais detalhada sobre as primeiras edições do Novo Testamento da tradução de João Ferreira de Almeida realizadas pela BFBS ver: Rita Mendonça LEITE – Timóteo CAVACO, «A circulação da Bíblia no Portugal oitocentista: o papel da Sociedade Bíblica», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* série monográfica vol. VI (2010) 181-207, pp. 187-189.

provavelmente na sua pátria nunca tinham sido expostos às doutrinas ou vivências protestantes, pelo que com toda a certeza desconheciam a tradução bíblica empreendida pelo pastor da Igreja Reformada holandesa no Oriente, durante o século XVII, e que não tivera qualquer penetração em território metropolitano até então. Por sua vez, o texto do padre oratoriano António Pereira de Figueiredo era de edição relativamente recente, embora com tiragens bastante limitadas. Logo aqui se gerou alguma tensão entre BFBS e o revisor português escolhido para preparar o texto, mas a edição histórica de 1809 acabaria por conter o texto do Novo Testamento de João Ferreira de Almeida, em revisão feita a partir da edição de 1712, impressa em Amesterdão.²⁷

Atente-se a que, estando a discussão nesta época apenas ao nível do texto do Novo Testamento, a questão do cânone ainda não se tinha colocado, pois tanto católicos como protestantes convergem na aceitação dos 27 livros que historicamente têm integrado esta parte das Escrituras.²⁸ No entanto, era relevante, como já se percebeu, a escolha do texto-base para as traduções em língua vernácula. Aqui os paradigmas estavam bem definidos: enquanto Almeida reclamava ter traduzido o seu Novo Testamento a partir do texto grego, o grande latinista português do século XVIII não poderia senão ter utilizado o texto da Vulgata, o que encapsulava também uma distinção confessional que só viria a ser atenuada a partir da segunda metade do século XX, quando as traduções realizadas por biblistas católicos também se passaram a basear largamente nos textos hebraicos, aramaicos e gregos.

²⁷ Como referimos em texto anteriormente publicado, «para os membros da Comissão de Traduções da BFBS não parecia haver dúvidas de que o texto a utilizar deveria ser o do pastor protestante João Ferreira de Almeida, mas um imigrante português em Inglaterra, Sr. Costa, recomendado à BFBS para ser o revisor das provas tipográficas, insistiu bastante para que se publicasse o texto de Figueiredo, visto ser mais recente. Por este motivo, a Comissão viria a reunir-se de novo, tendo, no entanto, acabado por escolher em definitivo o texto de Almeida, dado que este havia sido traduzido a partir da língua original, o grego»: Timóteo CAVACO, «O contexto específico», p. 38. Estes elementos foram recolhidos de informação manuscrita nunca publicada que nos chega através de Thomas Pell Platt, que foi bibliotecário da BFBS entre 1823 e 1831, o qual foi reunido nas Atas da Comissão de Traduções e que deveria ter sido publicado numa obra que se teria chamado *History of Translations*.

²⁸ Mais tarde esta questão viria a ter alguma pertinência, no contexto de alterações que se verificaram na própria BFBS em Inglaterra, respeitantes à política de publicação dos livros deuterocanónicos. Ainda assim, a primeira edição da Bíblia de Figueiredo, publicada pela Sociedade Bíblica em 1821, incluía os livros deuterocanónicos na ordem normal da Vulgata. As edições subsequentes deixaram de incluir estes livros, razão pela qual a Sociedade Bíblica era com frequência acusada de «mutilar a Bíblia».

Embora não disponhamos de informação que justifique tal decisão, a verdade é que a BFBS acaba por iniciar a produção do texto de Figueiredo, apenas o Novo Testamento, em 1818, embora sem interromper a produção do Novo Testamento de Almeida. Passamos a ter, desde bem cedo, a difusão da Bíblia em Portugal, realizada pela Sociedade Bíblica, em duas traduções bíblicas, o que reflete um paradigma comunicacional arrojado, particularmente para uma sociedade que estava habituada a lidar com as Escrituras num plano quase exclusivamente litúrgico e numa língua que maioritariamente desconhecia.

Pertinente se torna aqui recuperar a seguinte afirmação de Aires Nascimento: «É tardia a tradução portuguesa do texto bíblico, mas nem por isso a Bíblia está ausente na cultura que formamos».²⁹ Ao chegarmos à destruída realidade da sociedade portuguesa do primeiro quartel do século XIX, percebemos que o que estava em causa não era tanto a presença da Bíblia na cultura *lato sensu*,³⁰ mas sim o acesso ao texto bíblico sem mediações, o que, reconhecemos, seria facilmente identificável com o carisma protestante do «livre exame das Escrituras».

Fornecer a Bíblia a todos, em diversos formatos e suportes, em língua e linguagem a que a maior parte das pessoas possa aceder é sempre um risco. Potenciar esse acesso, permitindo que a Bíblia esteja disponível em diferentes traduções é um risco ainda maior. Todavia, esse é o risco persistente que a Sociedade Bíblica tem corrido ao longo de dois séculos. Ao invés de se fixar e até mesmo confundir a sua identidade com a de um texto bíblico em particular, a Sociedade Bíblica desde bem cedo optou por transferir essa escolha quer para o leitor individual da Bíblia, cristão católico ou protestante, com religião ou sem ela, quer para as igrejas e comunidades cristãs, a quem é assim dada a possibilidade de exercer um direito de preferência relativamente à formação e catequese dos seus fiéis, no âmbito da pastoral bíblica, em geral, e da tradução da Bíblia que lhe serve de base, em particular.

²⁹ Aires A. NASCIMENTO, «Dizer a Bíblia em português: fragmentos de uma história incompleta», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* série monográfica vol. VI (2010) 7-58, p. 9.

³⁰ Usamos aqui o termo «cultura» num sentido mais genérico aplicado a tudo o que, por diferentes expressões e intermediações, é concebido como conhecimento. Não estamos, assim, a referir apenas o conhecimento bíblico a que apenas certas elites acediam mas mesmo à percepção que popularmente se tinha das narrativas e espiritualidade bíblicas.

Embora matizado por diferentes fluxos no que diz respeito à intensidade com que se imprimiu um ou outro texto, a verdade é que as traduções bíblicas de João Ferreira de Almeida e de António Pereira de Figueiredo viriam a ser publicadas em contínuo pela Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira e pela Sociedade Bíblica Americana ao longo de mais de 150 anos.³¹ No final dos anos 60 do século XX a Sociedade Bíblica optou por descontinuar a publicação da tradução de Figueiredo, embora poucos anos depois começasse a publicar a tradução interconfessional conhecida como *A Boa Nova para Toda a Gente*, mantendo assim o princípio de permitir que os seus leitores e beneficiários do seu trabalho pudessem escolher qual o texto bíblico que melhor se adequa às suas necessidades.

Tendo o pioneirismo da tradução bíblica integral cabido ao protestante português Ferreira de Almeida no século XVII, o certo é que o repto deixado pelo monsenhor Matos Soares em 1932 parece ter tido eco nos católicos portugueses. Não terá sido certamente o único fator a explicá-lo, mas em poucos anos surgiram no contexto católico do nosso país duas novas traduções bíblicas, enquanto a Sociedade Bíblica continuava a publicar as antigas traduções de Almeida e de Figueiredo. A primeira destas iniciativas é a de um grupo de exegetas mobilizados para o projeto que viria a ficar conhecido como *Bíblia Ilustrada* ou *Bíblia Monumental*. Esta é a primeira tradução contemporânea da Bíblia feita em Portugal, em trabalho de grande qualidade científica realizado a partir das línguas originais. Os textos foram publicados em fascículos entre 1957 e 1970, contando a iniciativa com um grupo de conceituados biblistas católicos, coordenados por José Galamba de Oliveira. Mais tarde caberia à Difusora Bíblica promover uma tradução da Bíblia em linguagem mais contemporânea, utilizando para tal alguns dos tradutores e exegetas que tinham estado envolvidos no anterior projeto de tradução da Bíblia. Aquela que ficou conhecida como a «Bíblia dos Capuchinhos», no dizer de José Augusto Ramos «não nasceu propriamente como uma tradução feita a partir dos originais».³² Esta Bíblia sairia à estampa em 1964 embora tenha sido sucessivamente revista.

³¹ Na verdade, a tradução de João Ferreira de Almeida continua a ser publicada, em diferentes versões (edição revista e corrigida, em Portugal, e edição revista e corrigida e edição revista e atualizada, ambas no Brasil) pela Sociedade Bíblica de Portugal, pela Sociedade Bíblica do Brasil, e até, nos anos 80 e 90 do século XX, pela Sociedade Bíblica de África do Sul.

³² José Augusto RAMOS, «Tradução interconfessional da bíblia em português», *CADMO: Revista do Instituto Oriental*, Universidade de Lisboa 3 (1993) 87-105, p. 88.

Temos, pois, que quando o primeiro projeto de tradução da Bíblia para português da Sociedade Bíblica se inicia em 1972 já estavam criadas as condições para que houvesse colaboração não só de exegetas protestantes como também de católicos. A ideia começa a desenvolver-se logo que o pastor Augusto Esperança toma posse em janeiro de 1969 como Secretário-Executivo da Sociedade Bíblica. Inicialmente são contactadas apenas as igrejas protestantes, através dos seus organismos de representação e dirigentes eclesiásticos, sendo genericamente aceite que era preferível encetar uma nova tradução bíblica³³ ao invés de empreender uma nova revisão do texto já muito alterado de João Ferreira de Almeida ou do já pouco utilizado texto de António Pereira de Figueiredo.³⁴ Muito cedo, apelando também à experiência de grande abertura que se vivia noutros países, o projeto adquire uma dimensão interconfessional e são integrados na comissão técnica de tradução três biblistas católicos (António Augusto Tavares, Joaquim Carreira das Neves e José Augusto Ramos), dois dos quais tinham participado na tradução da *Bíblia Ilustrada*. Augusto Esperança refere que «quando começámos esta nova tradução da Bíblia, não havia a ideia de ela vir a ser uma versão interconfessional. Nem pensávamos que a Igreja Católica em Portugal concordasse com este projeto, para seu uso também».³⁵ Do lado das igrejas protestantes dois outros biblistas participaram no Novo Testamento (António Pinto Ribeiro Jr. e João Soares Carvalho) e um outro foi adicionado para a tradução do Antigo Testamento (Teófilo Ferreira). A tradução e edição completa da Bíblia ficou terminada em dezembro de 1993, para a qual já tinha recebido aprovação da Conferência Episcopal Portuguesa em maio de 1992. Tendo a Sociedade Bíblica dado sempre uma grande ênfase à disponibilização da Bíblia em língua portuguesa a todos os seus falantes, teria de esperar mais de 180 anos até que o seu primeiro projeto próprio de tradução bíblica fosse apresentado aos seus destinatários.

³³ «A Boa Nova: trinta anos depois... – entrevista a Augusto A. Esperança e Felícia N. Esperança», *Imago Dei* 7 (2003/2004) 37-38, p. 37.

³⁴ Ainda assim, o nível de aceitação e o seu nas próprias igrejas protestantes, das traduções de Almeida e de Figueiredo, foi variando ao longo do tempo sendo claro que no final do século XIX estas igrejas preferiam a tradução de Figueiredo, apesar de ter sido realizada por um padre católico.

³⁵ «A Boa Nova: trinta anos depois...», p. 37.

A tradução interconfessional da Bíblia em português corrente, hoje conhecida como *A Bíblia para Todos*, é provavelmente o projeto singular da Sociedade Bíblica que maior e mais continuado impacto teve ao longo da presença da instituição em Portugal. Diversas razões podem justificar a anterior afirmação.

Desde logo, trata-se do único projeto de tradução da Bíblia em ambiente interconfessional desenvolvido em simultâneo por biblistas católicos e protestantes, não só em Portugal como em língua portuguesa. O ambiente de diálogo gerado em torno desta iniciativa³⁶ entre as experiências de estudo, pesquisa e mesmo de ensino dos exegetas que nela participaram, tanto católicos como protestantes, que se estendeu por mais de 35 anos,³⁷ foi potenciador de outras experiências ecuménicas que transcendem em larga medida a atividade da Sociedade Bíblica. Como afirmou Silas Oliveira, «... eu continuo a pensar, apesar de todos os anos de trabalho do COPIC [Conselho Português de Igrejas Cristãs], apesar do diálogo institucional entre COPIC e a Conferência dos Bispos Católicos em Portugal, apesar do passo que depois foi dado de integrar nesse diálogo um terceiro pé que é a Aliança Evangélica Portuguesa, a coisa mais ecuménica que já se fez em Portugal até hoje foi a tradução interconfessional da Bíblia, feita pela Sociedade Bíblica».³⁸

Um outro impacto é o da própria linguagem utilizada que, nesse sentido, torna a tradução interconfessional como um marco na produção literária contemporânea.³⁹ Decorrente ainda do aspeto que acima focámos, o facto de o público desta tradução da Bíblia incluir grupos sociais com experiências religiosas e eclesásticas diversas, aconselhou à utilização de

³⁶ Ao contrário das outras traduções bíblicas realizadas em Portugal ou por portugueses que foram projetos individuais ou projetos coletivos mas editados por coordenadores, a tradução interconfessional foi integralmente trabalhada e produzida em equipa, pelo que todas as opções de tradução foram escrutinadas em grupo.

³⁷ Há duas fases no processo conducente ao texto que é hoje identificado como *A Bíblia para Todos*: de 1972 a 1993 realizou-se a tradução propriamente dita (publicada pela Sociedade Bíblica e pela Difusora Bíblica desde 1978 – Novo Testamento – e desde 1993 – Bíblia completa até 2009), e de 1999 a 2009 efetuou-se uma profunda revisão do texto (publicado na forma de Bíblia completa desde 2009).

³⁸ Alfredo ABREU – António MARUJO – Silas OLIVEIRA, «O papel da Bíblia e o desafio da interconfessionalidade no século XXI: Mesa-redonda no Seminário Teológico Baptista», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* ano IV: 7/8 (2005) 63-77, p. 65.

³⁹ O Centro de Linguística da Universidade de Lisboa foi uma das entidades que o reconheceu integrando o texto da tradução interconfessional no seu «Corpus Português Fundamental».

vocábulos ou expressões que fossem facilmente reconhecidos por esses grupos, sem que ao mesmo tempo gerassem reações adversas. Vale a pena citar novamente José Augusto Ramos a este propósito:

«Uma primeira repercussão hermenêutica deste estatuto de interconfessionalidade pode ser o reconhecimento conjunto de um texto bíblico como elemento configurante e identificador de um núcleo de ideias religiosas, criador de solidariedade. Isto significa culturalmente mais do que a simples tolerância em ordem à mútua convivência no espaço social.

Uma consequência literariamente mais concreta é a margem de consensualidade criada ter levado ao estabelecimento de um novo figurino de Bíblia, que não corresponde inteiramente a nenhum dos dois modelos tradicionais, o católico e o protestante.»⁴⁰

Temos pois que este modelo de «terceira via» no uso da linguagem terá ajudado a criar um novo «dizer a Bíblia» no português contemporâneo, que transcendeu em grande medida o uso litúrgico da Bíblia, precisamente numa época de grande reconfiguração das pertenças religiosas do povo português, quando nos anos 70 do século XX o país passava por profundas alterações nos modelos político, social e mesmo religioso. A tradução interconfessional da Bíblia é espaço de diálogo entre a confissão hegemónica e a maior minoria religiosa em Portugal, mas é também caminho para a Bíblia se ir libertando do cativo que frequentemente lhe é imposto pelas estruturas e elites, tornando-se muito mais um património acessível a todos. Pode pois a Sociedade Bíblica ser até certo ponto acusada de dessacralizar as Escrituras lançando-as na praça pública? Os méritos ou deméritos dessa postura não cabe aqui analisar, embora se deva reconhecer o papel da Sociedade Bíblica na alteração de certos paradigmas de «posse da Bíblia» transversais a todas as confissões cristãs.

Ainda no plano da linguagem, importa recordar que esta nova Bíblia se apresentava em 1993 como destinada à «maioria dos portugueses». Dizia-se ainda que «sempre tivemos presentes os leitores, pensando na ressonância que cada alternativa de tradução podia significar para eles, tanto

⁴⁰ José Augusto RAMOS, «Tradução interconfessional», p. 98.

na leitura individual como na leitura em grupo». As opções linguísticas «procuraram situar-se no quotidiano da vida dos futuros leitores». ⁴¹ Todo este espírito traduzia a metodologia que tinha presidido a esta tradução bíblica. Pela primeira vez em Portugal era usado o método de tradução, desenvolvido nos anos 60 por Eugene Nida e outros tradutores ligados às Sociedades Bíblicas, que viria a ficar conhecido como «equivalência dinâmica» ⁴². Soares Carvalho explica brevemente este método:

«O tradutor começa por decompor analiticamente a estrutura de superfície da mensagem nos seus conceitos básicos [...], transferindo depois esses conceitos da língua de origem para a recetora, reestruturando em seguida todo o material transferido, de modo a construir uma mensagem coerente, no estilo da língua recetora.» ⁴³

Ou seja, o recetor da mensagem parece ser assim privilegiado nesta forma de comunicação em que conceitos são transmitidos de uma forma mais integrada e contextualizada, procurando reproduzir-se tanto quanto possível o ambiente em que os primeiros recetores a terão entendido na sua própria língua e no seu próprio ambiente cultural. Não tem estado isenta de crítica esta metodologia que é por alguns acusada de, ao desliteralizar o texto transposto para a língua vernácula, fixar expressões e conceitos, sem que se tenha suficiente aparato linguístico, cultural, geográfico e histórico para saber se foi efetivamente assim que os leitores primevos entenderam os textos. Porém, a experiência conferida por mais de três décadas de utilização dos princípios de equivalência dinâmica inicialmente desenvolvidos por Nida, tem ajudado a visitar esta metodologia pelo que há atualmente um maior equilíbrio entre as tendências mais literalistas e mais dinâmicas, em que os defensores da equivalência dinâmica ou semântica têm

⁴¹ «Apresentação», Bíblia Sagrada: *Tradução interconfessional do hebraico, do aramaico e do grego em português corrente*, Lisboa: Sociedade Bíblica de Portugal, 1993, p. VII e «Ao Leitor», *Bíblia Sagrada*, p. IX.

⁴² As raízes deste método encontram-se na obra: Eugene A. NIDA, *Bible Translating: An Analysis of Principles and Procedures, with Special Reference to Aboriginal Languages*, Londres: United Bible Societies, 1947. O método viria a ser teorizado em: Eugene A. NIDA – Charles R. TABER, *The Theory and Practice of Translation*, Leiden: United Bible Societies, 1969.

⁴³ João Soares CARVALHO, «Caminhando com João Ferreira de Almeida», in Augusto ESPERANÇA (ed.) *Deus, o Homem e a Bíblia: João Ferreira de Almeida (1628-1691)*, 2.^a ed., Lisboa: Sociedade Bíblica de Portugal, 1993, 7-19, p. 12.

procurado ser mais justos em relação aos aspetos formais e estruturais do texto.

Traduzir a Bíblia a partir das línguas em que foi originalmente escrita não é tarefa fácil. António Augusto Tavares enuncia assim esta problemática no contexto geral da tradução de escritos da antiguidade:

«O maior obstáculo para o conhecimento das primeiras épocas históricas reside na leitura e interpretação das fontes escritas. Os textos, com escrita inacessível ao comum dos mortais e em línguas geralmente complicadas, escondem segredos que, por vezes, nem as próprias versões conseguem transmitir plenamente. Daí problematizar-se atualmente a tradução de textos da antiguidade, escritos em línguas mortas: traduzir literalmente ou livremente? Manter a forma literária ou respeitar apenas o sentido? Aguentar, por exemplo, as metáforas ou substituí-las? Usar paráfrases ou preferir linguagem concisa, embora hermética? Ou simplesmente tentar um equilíbrio entre literalismo e liberdade, de modo a conseguir exatidão e exercer sobre o leitor de hoje a impressão que o original causou sobre o leitor de outrora?»⁴⁴

Sendo Tavares um dos colaboradores da tradução interconfessional, com as diferentes experiências já acumuladas no projeto da *Bíblia Ilustrada* e da «Bíblia dos Capuchinhos» certamente que tomou em linha de conta este conjunto de preocupações, tal como os seus pares neste empreendimento com características únicas. Desde cedo a Sociedade Bíblica assumiu que «o leitor», essa entidade sempre genérica e abrangente, não estava limitado ao território nacional mas espalhava-se por todos os continentes onde a língua portuguesa é falada, mas em atmosferas certamente muito diversas da experimentada na metrópole. Apesar de a Sociedade Bíblica ter encetado o projeto de tradução interconfessional da Bíblia antes da formação das novas nações de língua portuguesa em África e no Oriente, houve uma clara preocupação de que esta as incluísse pelo que os textos que iam sendo produzidos pela comissão técnica de tradução foram todos lidos e comentados por responsáveis eclesiais católicos e protestantes, designadamente em Angola e Moçambique. O impacto mensurável da tradução

⁴⁴ A. Augusto TAVARES, «Versões Bíblicas: Equivalência Formal ou Equivalência Dinâmica?», *Revista Brotéria*, 112:2 (1981), 183-195, p. 183.

interconfessional da Bíblia em português corrente não se confina pois às fronteiras territoriais portuguesas, podendo-se mesmo afirmar que anualmente se distribuem mais Bíblias desta tradução no conjunto dos países africanos de língua oficial portuguesa do que em Portugal.

Já se percebeu que não tendo a Sociedade Bíblica adotado uma política de «tradução única» ou oficial, na senda das históricas «versões autorizadas», tem estado aberta à possibilidade de incluir no seu catálogo editorial diversas traduções bíblicas, desde que as mesmas respeitem padrões de qualidade sob o ponto de vista científico e linguístico que não ponham em causa a credibilidade da instituição. Deste modo, em 2001 a Sociedade Bíblica acolheu mais um projeto: a edição de uma nova tradução da Bíblia, a primeira em língua portuguesa publicada no século XXI, embora a mesma não tenha sido feita a partir das línguas originais. Trata-se de *O Livro: A Bíblia para Hoje*, cujo Novo Testamento já tinha sido entretanto publicado em 1981 pelas Edições Europa-América. Esta tradução, tal como a interconfessional, utiliza uma linguagem corrente e atual em que se procurou transmitir ao leitor fundamentalmente as ideias presentes nos textos originais, mas da forma «como as pessoas comuns dos nossos dias as diriam, com as nossas frases idiomáticas, figuras de linguagem e expressões típicas».⁴⁵ O trabalho de coordenação desta tradução foi da responsabilidade do professor João Aníbal Pinheiro, sob orientação técnica e científica dos consultores da *International Bible Society*.

Distribuir a Bíblia em Portugal: um caminho algo penoso mas conseguido

De pouco valeria o exercício académico da tradução da Bíblia se daí não resultasse uma efetiva e eficaz distribuição do texto produzido. Esta foi a abordagem pragmática que sempre impregnou a ação da Sociedade Bíblica, em Portugal e em muitas outras partes do mundo. É verdade que o paradigma cultural e científico que pressupõe a exigente tarefa de trasladação de um texto clássico para as línguas contemporâneas sempre esteve

⁴⁵ *O Livro: A Bíblia para Hoje*, Lisboa: Sociedade Bíblica de Portugal, 2001, p. VII.

presente na ação das Sociedades Bíblicas.⁴⁶ Todavia, a materialização desse esforço, quantas vezes silencioso e isolado, consubstanciado na produção e distribuição da Bíblia, tem estado desde o início no topo das preocupações desta instituição.

Os primórdios da ação da Sociedade Bíblica no país são bem evidentes da «ação de choque» pretendida pela BFBS. Embora nem todos os exemplares tenham tido como destino o território metropolitano, insuflar 5000 exemplares de um livro num país de três milhões de habitantes onde menos de 15% da população poderia aceder diretamente ao mesmo através da leitura, foi arrojo ou então insanidade. A verdade é que o Novo Testamento de João Ferreira de Almeida começou a ser distribuído em larga escala, fazendo chegar a Bíblia em português a muitos lares, com maior ou menor modéstia, pois a questão do preço não era determinante para o seu acesso. As questões do processo, impacto e reações à distribuição da Bíblia realizada pela Sociedade Bíblica, designadamente no século XIX, já têm sido mais extensamente tratadas em matéria publicada e já referenciada neste artigo, pelo que preferiremos aqui destacar alguns aspetos atinentes à formação de um paradigma cultural de receção da Bíblia na sociedade portuguesa contemporânea.

A sociedade portuguesa estaria demasiado concentrada no combate às tropas napoleónicas para se ter preocupado em reagir à novidade de assistir à circulação à «Bíblia em português (coisa curiosa!)», ainda para mais numa tradução bíblica até então desconhecida.⁴⁷ Mesmo quando a situação política já estabilizava e George Borrow (1803-1881) foi enviado pela BFBS para avaliar o estado da distribuição da Bíblia na Península Ibérica, em 1835, percebe-se que havia uma grande abertura em relação a esta atividade, estando mesmo as Bíblias da Sociedade Bíblica disponíveis

⁴⁶ Desde bem cedo que as Sociedades Bíblicas se preocuparam em apoiar a preservação e desenvolvimento das edições críticas dos textos em hebraico, aramaico e grego. Exemplo disso são as edições críticas hoje publicadas pelas Sociedades Bíblicas Unidas, através da Sociedade Bíblica da Alemanha, como a versão de Nestle-Aland do Novo Testamento grego ou a *Bíblia Hebraica Stuttgartensia*. Outra preocupação foi fazer um levantamento, revisão e atualização das edições vernáculas já existentes e constituir-se como um repositório dessas traduções nas mais diversas línguas. Hoje em dia esse esforço mantém-se e as Sociedades Bíblicas dispõem da maior base de dados digital em todo o mundo com centenas de traduções bíblicas integrais armazenadas de forma segura.

⁴⁷ O facto de não ser comum então em Portugal o uso do vocábulo «pastor» aplicado ao dirigente de uma comunidade eclesial levou a que a BFBS optasse por designar o tradutor protestante como «Padre João Ferreira A. de Almeida», nas suas edições da Bíblia completa desde 1819.

para venda em locais públicos. Na sua famosa obra, que se tornou um clássico da literatura de viagens, *The Bible in Spain*, Borrow faz um relato interessante sobre como ele percebeu o povo português e a sua reação à presença da Bíblia.⁴⁸ Embora os relatórios anuais da BFBS dessem conta de uma certa preocupação pelo facto de o trabalho de distribuição da Bíblia progredir muito lentamente, a verdade é que a quantidade de exemplares distribuídos de Bíblias e Novos Testamentos era significativa, tendo em conta a situação económica e social em que o país se encontrava, a própria posição oficial da igreja hegemónica em relação a traduções da Bíblia em língua vernácula, e mesmo o facto de a Sociedade Bíblica não dispor de estruturas permanentes, ficando assim dependente da ação de voluntários provenientes principalmente das comunidades britânicas residentes em Lisboa, Porto e Funchal. Ainda assim, não se conhecem episódios de grande hostilidade à ação da Sociedade Bíblica na primeira metade do século XIX, com exceção de duas situações ocorridas nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, o último dos quais profusamente tratado na historiografia sobre o protestantismo em Portugal.

No primeiro caso, ocorrido nos Açores o resultado até se viria a revelar favorável à ação da Sociedade Bíblica. Num primeiro momento, em 1840, o vice-cônsul britânico na ilha Terceira solicita autorização para que a Bíblia em português fosse distribuída aos mais pobres naquele território, sendo-lhe negada essa intenção. No entanto, após consulta às autoridades civis e religiosas em Lisboa, acaba por ser concedida autorização a essa distribuição, para além do mais com a indicação expressa de que não fossem cobrados direitos alfandegários às Bíblias destinadas a esse efeito. Sobre este episódio Eduardo Moreira viria a escrever: «A este [Cardeal Saraiva], e ao governo de Costa Cabral, devem os Portugueses cristãos reformados, bem diminutos nessa altura, a portaria tolerante que lhes permitiu em 1842, pôr nas mãos do povo a versão bíblica de Figueiredo [...]».⁴⁹

Na Madeira a situação foi mais grave e séria dando origem à que certamente foi a maior perseguição religiosa em massa do período

⁴⁸ Existe uma edição em português com a parte da obra relativa à passagem de George Borrow por Portugal. Ver: George BORROW, *George Borrow em Portugal – 1835: introdução e notas de António Ventura*, Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

⁴⁹ Eduardo MOREIRA, *Crisóstomo Português: Elementos para a História do Púlpito*, Lisboa: Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal, 1957, p. 310.

contemporâneo português, e ao exílio de milhares de madeirenses que se espalharam pelo Brasil, Caraíbas e Estados Unidos, forçados a abandonar a sua terra natal em 1845 por seguirem a mensagem proclamada pelo calvinista escocês Robert Kalley (1809-1888).⁵⁰ A distribuição da Bíblia, que se realizava neste território insular desde 1809 e que foi ativamente desenvolvida por Kalley, ficou seriamente afetada com esta situação, embora daí não se tenham originado sérias repercussões no resto do território nacional.

Face a um protestantismo nascente ainda sem liderança nacional e sem produção literária significativa, e diante de uma Sociedade Bíblica sem estrutura e sem meios próprios,⁵¹ o conhecimento que nos chega relativo à presença e ação do protestantismo em Portugal é fundamentalmente por reação. No que concerne, em particular, à distribuição da Bíblia diz-nos Rita Mendonça Leite que «a problemática da livre interpretação das Sagradas Escrituras foi a questão mais desenvolvida e sucessivamente repetida na literatura editada acerca do protestantismo em Portugal durante a segunda metade do século XIX». ⁵² Não cabe neste âmbito discutir o que é causa e o que é efeito, mas é certo que formação de comunidades protestantes em território nacional e a estruturação da agência da BFBS em Lisboa com o início da atividade dos colportores, são dois elementos indelevelmente ligados, tanto temporalmente como em termos de ação e missão. Não é pois de estranhar que nas reações de que Mendonça Leite profusamente trata, protestantismo e Sociedade Bíblica não sejam dissociáveis. Como antes já tratámos, a distribuição da Bíblia em língua vernácula, em edições de mais do que uma tradução, e a sua colocação em abundantes quantidades na praça pública, são elementos mais do que suficientes para associar a instituição ao carisma protestante do «livre exame das Escrituras».

⁵⁰ A produção literária sobre este episódio é vasta e presente em todas as obras até agora editadas sobre a história do protestantismo português. Um outro tipo de abordagem do mesmo assunto, que vale a pena considerar, está presente na obra do jornalista Ferreira Fernandes. Ver Ferreira FERNANDES, *Madeirenses errantes*, Lisboa: Oficina do Livro, 2004.

⁵¹ As primeiras comunidades protestantes implantadas em Portugal eram dirigidas por cidadãos estrangeiros (Vicente Gomez y Togar, episcopal espanhol, em Lisboa a partir de 1839; Robert Kalley, presbiteriano escocês, no Funchal a partir de 1845; Ellen Roughton, inglesa nascida em Portugal de origem anglicana com influências congregacionais, em Lisboa desde os anos 1850). Por sua vez, como já se viu, a Sociedade Bíblica só se estabelece formalmente como agência em 1864.

⁵² Rita Mendonça LEITE, *Representações do Protestantismo na Sociedade Portuguesa Contemporânea: da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2009, p. 74.

Para além das reações de dignitários religiosos à ação da Sociedade Bíblica temos conhecimento de que, pelo menos por duas vezes, o trabalho desta instituição tenha sido posto em causa de forma veemente nas mais altas instâncias do poder nacional. Em 1866, o par do reino, D. José de Menezes Silveira e Castro, 2.º Marquês de Valada e membro destacado do Partido Regenerador, insurgia-se na Câmara dos Pares contra o que chamava de «propaganda protestante» e em particular a distribuição da Bíblia realizada pela Sociedade Bíblica. O registo da intervenção é o seguinte:

«A ninguém são hoje ocultos os esforços da sociedade bíblica para propagar o protestantismo em Portugal. As suas contas correm impressas, e os membros dela declaram formalmente nas suas publicações, que se leem em vários jornais e revistas, as despesas que têm feito com a propaganda protestante neste país. [...]

É preciso, sr. presidente, que as posições se definam, que as ideias se manifestem, que os campos se extremem, e as bandeiras se levantem bem altas (...) e flutuem bem despregadas para sabermos onde estamos, e para onde nos querem fazer caminhar.»⁵³

Não parece que esta «declaração de guerra» tenha tido grande eco na sociedade portuguesa, já então habituada a calorosos discursos no parlamento, mas dois anos depois, desta feita na Câmara dos Deputados, verificar-se-ia nova invetiva, agora na voz do representante Carlos Testa. Afirmou ele em sessão de 9 de agosto de 1868:

«É sabido que de há tempos a esta parte se tem pretendido estabelecer neste país uma propaganda protestante. As sociedades bíblicas têm trabalhado muito neste sentido, e continuam a trabalhar. Por mais de uma vez em vários jornais se tem feito alusão a este assunto, invocando de diferentes modos a atenção dos prelados ou das autoridades administrativas; houve mesmo indícios de se tomarem ou fingir adotar algumas providências a tal respeito; mas o que é verdade é que os agentes de tal propaganda não desistem de seus

⁵³ Parlamento: Diário da Câmara dos Pares do Reino de Portugal, [URL] <<http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2&diary=a1866m03d14-0815&type=imagem>> [28.02.2014], p. 814.

intentos, tanto assim que se a começo a sua obra era latente e acautelada, hoje já se apresenta com desassombro e afouteza, e a prova disto encontra-se na audácia com que até se anuncia nos jornais (...) um depósito britânico de bíblias, em sítio e rua dos mais públicos e frequentado da capital (...)

É certo que muitos são os inconvenientes que daí podem resultar, porque embora ao simples facto da venda das bíblias não se haja de ligar grande alcance, e muito possível que para o futuro tal propaganda passe a tomar corpo por outros meios, e quem sabe se os poderes públicos terão de se ver obrigados a tomar medidas mais enérgicas para lhe impedir os funestos efeitos, mas já com maior dificuldade. (...) Não me demorarei em mostrar quais são os inconvenientes em deixar tomar corpo esta propaganda protestante, pela qual se tende a destruir o princípio da autoridade em matéria de religião.»⁵⁴

Testa continua ainda o seu discurso procurando demonstrar, face a uma análise muito particular e tendenciosa da sociedade vitoriana, a ameaça que seria transpor tais práticas para a realidade nacional. Estava assim subjacente a crítica ao perigo desnacionalizador da ação protestante e da Sociedade Bíblica. Sem o saber, e certamente sem o desejar, Carlos Testa deixa-nos uma das mais lúcidas representações do protestantismo nascente e da sua ligação umbilical à Sociedade Bíblica.

Não há registo ou memória de que o poder político nacional alguma vez tenha intervindo no sentido de impedir que a Sociedade Bíblica desenvolvesse o seu trabalho de difusão da Bíblia, tanto na metrópole como nos territórios ultramarinos. No entanto, particularmente quando a ação dos colportores se tornou mais visível a partir de 1864, muitas foram as iniciativas do poder judicial, das autoridades administrativas, e até por vezes de índole popular, que muito restringiram o trabalho de distribuição da Bíblia no país. Mesmo durante a Primeira República, da qual os protestantes esperaram inicialmente uma certa tolerância, e já mesmo numa fase tardia do Estado Novo, muitas eram as limitações impostas à ação da Sociedade Bíblica.⁵⁵

⁵⁴ Eduardo MOREIRA, *Vidas Convergentes: história breve dos movimentos de reforma cristã em Portugal a partir do século XVIII*, Lisboa: Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal, 1958, pp. 215-217.

⁵⁵ Para um testemunho em discurso direto das vicissitudes do trabalho de colportor da

Numa era em que o impacto de uma atividade ou instituição é muito mais medido pelo mediatismo do que pelos resultados concretos, afigura-se-nos difícil estabelecer qual o verdadeiro efeito de mais de 200 anos de distribuição da Bíblia em Portugal pela Sociedade Bíblica. Para o primeiro século de presença em Portugal, mais concretamente de 1809 a 1905, Santos Ferreira contabiliza 221 342 Bíblias completas, 492 420 Novos Testamentos e 930 275 Evangelhos, Epístolas, etc. impressos em português pelas Sociedades Bíblicas.⁵⁶ É verdade que alguns destes exemplares tiveram como destino o Brasil, África e mesmo Índia, Ceilão e outras paragens do Oriente no princípio do século XIX. Não temos ainda para o século XX e mesmo para a atualidade uma contabilidade tão apurada, mas são já alguns milhões o total de exemplares das Escrituras, no todo ou em parte, distribuídos em território português pela Sociedade Bíblica. A este resultado não será alheio o facto de a Bíblia ter hoje em dia uma notoriedade quase total na sociedade portuguesa e de 71% dos portugueses afirmarem possuir pelo menos um exemplar da Bíblia.⁵⁷

A Bíblia na «praça pública»

O que separa o início do século XIX destes que ainda são os primeiros anos de um novo século e milénio não é apenas o tempo. Estamos igualmente a falar de vivências, paradigmas, representações mútuas de grupos sociais, que são diversas e bem diferentes das de uma sociedade mais homogénea e fixista, que então se vivia. No plano jurídico-legal concernente ao exercício de uma espiritualidade individual ou coletiva, passámos de uma «religião oficial» já com um tímido esboço do reconhecimento de pluralidade religiosa,⁵⁸ embora fortemente restringida no Código Penal de

Sociedade Bíblica na segunda metade dos anos 60 do século XX, ver: José Júlio Vieira FERNANDES, *História da Sociedade Bíblica*, Queluz: Núcleo Editora, 2008.

⁵⁶ G. L. Santos FERREIRA, *A Bíblia em Portugal: apontamentos para uma monografia (1495-1850)*, Lisboa: Tipografia de Ferreira de Medeiros, 1906, pp. 122-123.

⁵⁷ Bíblia: avaliação e posicionamento, [Estudo encomendado pela Sociedade Bíblica à Novadir Research, grupo Markttest; Versão 1.1, Projeto n.º 050-08 QT. N], 2008.

⁵⁸ A Carta Constitucional de 1826, que esteve em vigência durante a maior parte do tempo da monarquia constitucional, consagrava no seu artigo 6.º que: «A Religião Católica, Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Reino». Porém, acrescentava: «Todas as outras Religiões serão permitidas aos Estrangeiros com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas,

1852,⁵⁹ para o regime dos plenos direitos da Constituição de 1976 nomeadamente no que concerne à «liberdade de consciência, de religião e de culto»⁶⁰ que ficou explicitada na denominada Lei da Liberdade Religiosa.⁶¹ Mas esta dimensão é apenas a expressão de uma sociedade que hoje encerra outro tipo de preocupações e interesses. Muito mais do que discutir se há «a igreja» ou igrejas, se um determinado grupo religioso tem «forma exterior de templo» ou se expressa as suas crenças de forma doméstica e privada, se, no caso a que nos atemos, podem ou não ser distribuídas Bíblias sem restrições, a sociedade portuguesa está preocupada (ou despreocupada?!) em tratar o fenómeno da espiritualidade de modo abrangente e até mesmo distante das suas expressões institucionais. A garantia de que a qualquer cidadão é consagrado o direito de «ter, não ter e deixar de ter religião»⁶² é bem a demonstração de que ao Estado tanto compete pugnar para que uma ou mais expressões religiosas não discriminem as restantes, como também pela não discriminação daqueles que optem livremente por não assumir uma prática religiosa.⁶³

Estamos pois a tratar de matérias bem diferentes daquelas com que a Sociedade Bíblica foi confrontada no início da sua ação em Portugal, bem como de muitas outras ao longo da sua existência de pouco mais de dois séculos. É, assim, perfeitamente natural que a instituição se tenha sucessivamente questionado sobre qual o seu papel na sociedade portuguesa para o alcance desse desígnio maior que nunca perdeu de «tornar a Bíblia acessível a todos». Na última década a Sociedade Bíblica tem oficial e explicitamente assumido que a sua ação não passa apenas pela tradução, edição e distribuição da Bíblia, mas inclui igualmente uma forte componente de promoção da interação com as Escrituras.⁶⁴ Não sendo uma organização

sem forma alguma exterior de Templo», na continuação aliás do que previa a Constituição de 1822. Mas o parágrafo 4.º do artigo 145.º da mesma Carta Constitucional consagrava o princípio da liberdade religiosa ao proclamar: «Ninguém pode ser perseguido por motivos de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a Moral Pública».

⁵⁹ Rita Mendonça LEITE, *Representações do Protestantismo*, pp. 27-34.

⁶⁰ Artigo 41.º da Constituição da República Portuguesa.

⁶¹ Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho, da Assembleia da República.

⁶² De acordo com a alínea a) do artigo 8.º da Lei da Liberdade Religiosa já citada.

⁶³ Não nos compete neste âmbito discutir o estado atual do fenómeno religioso em Portugal, todavia esse tema é profusa e profundamente tratado na obra: Alfredo TEIXEIRA (org.), *Identidades Religiosas em Portugal: ensaio interdisciplinar*, Lisboa: Paulinas, 2012.

⁶⁴ Foi na Assembleia Mundial das Sociedades Bíblicas Unidas reunida em Midrand, na África

confessional nem dependente de nenhuma estrutura eclesiástica em particular, a Sociedade Bíblica tem procurado exercer esta faceta da sua missão de modo cauteloso na procura do serviço a todas as igrejas sem que com isso a coloque ao serviço de qualquer uma delas. Este é, convenhamos, um conceito um tanto estranho, quer para igrejas mais estruturadas como a católica romana ou as ortodoxas, quer mesmo para o meio reformado como as igrejas anglicana ou sinodais. Mesmo no contexto das igrejas protestantes de governo chamado congregacional não é fácil assumir a existência de organismos em relação aos quais não lhes assista a capacidade de uma orientação mais direta ou intencional. A verdade é que a sociedade portuguesa, com o empenhado patrocínio das principais confissões cristãs, tem genericamente demonstrado apreço por diversos empreendimentos da Sociedade Bíblica os quais, sendo realizados na esfera pública têm uma clara intenção de promover a Bíblia, na sua leitura e no seu uso, e não mais que isso.

A iniciativa singular em torno da Bíblia que maior impacto teve no presente século em Portugal foi «A Bíblia Manuscrita». Neste caso, o impacto é medido não só pela ampla participação popular, com quase 100 000 pessoas a aceitarem o desafio de escrever um ou mais versículos da Bíblia em espaços não destinados ao culto religioso de qualquer confissão, em quase 50 localidades diferentes do país e em mais de 200 escolas públicas de todo o território nacional, como também pela ampla cobertura mediática dada sem distinção por toda a imprensa nacional e muita imprensa regional e mesmo internacional, mas que teve o seu clímax na transmissão em directo de todos os jornais televisivos nacionais do ato de abertura do evento no dia 4 de novembro de 2004 protagonizado pelo então presidente da República, dr. Jorge Sampaio, sessão que contou também com a participação de um conjunto de diversas personalidades públicas e dos líderes

do Sul, em 2000, que pela primeira vez se incluiu o conceito de promover a «interação com a Palavra de Deus». O Purpose Statement da instituição passou a ser o seguinte: «The world fellowship of national Bible Societies joins together, as the United Bible Societies (UBS), for consultation, mutual support, and action in their common task of achieving the widest possible, effective and meaningful distribution of the Holy Scriptures and of helping people interact with the Word of God» – United Bible Societies World Assembly: Midrand, South Africa, 10-14 October 2000 192/193 (2001), p. 55. Este mesmo conceito foi introduzido nos Estatutos da Sociedade Bíblica de Portugal em 2005 e desde então a sua declaração de missão consagra que é objetivo da Sociedade Bíblica «levar a Bíblia às pessoas e trazer as pessoas à Bíblia».

das principais confissões cristãs do país. Helena Vilaça resume assim o que considera ser um claro indicador do pluralismo religioso em Portugal:

«Esta iniciativa (...) esteve longe de se circunscrever ao campo religioso. As inúmeras personalidades do mundo político, do campo académico, da esfera artística, dos meios de comunicação social, do desporto, entre muitas outras áreas, que fizeram parte da Comissão de Honra, são um sintoma revelador do espectro alargado do evento. Acima de tudo, houve um entendimento de que a religião é cultura, sendo a Bíblia um elemento de cultura material, independentemente das crenças que o livro sustenta, comum a diferentes religiões. Também o facto de ter reunido apoios e envolvido pessoas de diferentes áreas partidárias (do Partido Popular ao Bloco de Esquerda) assume uma relevância sociológica extremamente interessante, uma vez que rompe com a (...) tradicional dicotomia que durante séculos acantonou os portugueses em cultura clerical e cultura anticlerical, como se a realidade social coubesse totalmente nessa representação redutora.»⁶⁵

Apesar de, como se viu, «A Bíblia Manuscrita» ter sido realizada num clima de grande consenso que facilmente extravasou a fronteira religiosa, a oposição que em algumas franjas gerou é bem o espelho do ambiente de pluralidade em que hoje se vive. Por exemplo, a Associação República e Laicidade, constituída cerca de um ano antes da realização deste evento,⁶⁶ aproveitou em larga medida o mediatismo gerado por «A Bíblia Manuscrita» para expressar a sua oposição ao que considerava um ataque ao «princípio de neutralidade da escola pública» garantido pela Constituição.⁶⁷

Decorria ainda «A Bíblia Manuscrita» quando a Sociedade Bíblica foi contactada pelo Patriarcado de Lisboa para lhe solicitar a organização e coordenação de uma exposição a realizar no âmbito da sessão de Lisboa do *International Congress for the New Evangelisation* (ICNE),⁶⁸ cuja temática

⁶⁵ Helena VILAÇA, «A religião e a Bíblia num quadro de liberdade religiosa», Revista Lusófona de Ciência das Religiões ano IV: 7/8 (2005) 109-117, p. 116.

⁶⁶ Associação República e Laicidade: Estatutos, [URL] <<http://www.laicidade.org/acerca/estatutos/>> [07.03.2014]

⁶⁷ Associação República e Laicidade: Notícias, [URL] <<http://www.laicidade.org/2004/01/31/rl-nao-ao-proselitismo-na-escola-publica-sim-a-escola-laica/>> [07.03.2014]

⁶⁸ Esta foi uma iniciativa que decorreu entre 2003 e 2007 em cinco cidades da Europa (Viena, Paris, Lisboa, Bruxelas, Budapeste) com a realização de congressos promovidos pelas respetivas

seria naturalmente a Bíblia. Nasceu assim mais uma iniciativa que viria a ter grande sucesso e relevância pública não só na sua apresentação em Lisboa, em 2005, como também no Algarve (Portimão), em 2008, e na Madeira (Calheta, Machico, Funchal, Porto Santo), em 2012 e 2013. Tratou-se de «A Bíblia em Festa», uma exposição multimédia que «apresenta o testemunho da relevância da Sagrada Escritura para os nossos dias recorrendo a modernas tecnologias e usando uma linguagem acessível à maior parte dos públicos. Através da criação de ambientes impregnados de sons e imagens, promove-se desta forma o interesse pela Bíblia e é feita uma clara proposta de leitura e reflexão sobre a atualidade dos seus conteúdos».⁶⁹ A exposição, nos diferentes locais por onde já passou, foi visitada por mais de 30 000 pessoas, muitas das quais acompanharam também uma vasta agenda de atividades promovidas em paralelo pelos organizadores e que incluíram conferências, concertos, animação para crianças ou idosos, etc. Embora «A Bíblia em Festa» resulte de uma solicitação específica das dioceses católicas à Sociedade Bíblica, as iniciativas têm sempre decorrido num clima de grande abertura às outras confissões cristãs e mesmo da sociedade em geral, com ampla participação de todos aqueles que se interessam pela temática bíblica.

Em 2009 a Sociedade Bíblica decidiu assinalar os 200 anos da sua presença em Portugal através de um conjunto de iniciativas que se estenderam pelo ano seguinte. De destacar a realização de mais uma exposição com uma grande componente multimédia e tecnológica que foi «A Bíblia para Todos», realizada no Museu das Comunicações, em Lisboa. Visitada por pessoas individuais e por grupos, esta exposição voltou a motivar grande cobertura mediática por parte da imprensa escrita e televisões, particularmente devido à presença de um «robô copista» que durante nove semanas copiou integralmente o texto do Novo Testamento, na tradução interconfessional em português corrente.⁷⁰ Ainda no contexto dos 200 anos de presença em Portugal da Sociedade Bíblica, foi feita uma edição especial

dioceses, para reflexão sobre o tema da nova evangelização, particularmente em contexto urbano, proposto pelo papa João Paulo II.

⁶⁹ Sociedade Bíblica: A Bíblia em Festa, [URL] <[http://www.sociedade-biblica.pt/canais_pagina.php?id_ canais_new=4&cid_canais_menu_new=11&cid_canais_menu_sub_new=47&cid_ canais_menu_sub2_new=31](http://www.sociedade-biblica.pt/canais_pagina.php?id_canais_new=4&cid_canais_menu_new=11&cid_canais_menu_sub_new=47&cid_canais_menu_sub2_new=31)> [07.03.2014]

⁷⁰ Pastoral da Cultura: Agenda, [URL] <[http://www.snpcultura.org/vol_expo_a_biblia_ para_todos.html](http://www.snpcultura.org/vol_expo_a_biblia_para_todos.html)> [07.03.2014]

e limitada de «A Bíblia para Todos» entregue aos 230 deputados da Assembleia da República.⁷¹ Esta edição continha um caderno introdutório com pequenos textos escritos por cinco deputados diferentes originários de cada um dos grupos parlamentares representados na Casa da Democracia. O presidente da República, professor Cavaco Silva, também recebeu em audiência uma delegação com dirigentes da Sociedade Bíblica, reconhecendo assim o papel que esta instituição tem desempenhado na sociedade em Portugal e não apenas no contexto do serviço religioso. Desta delegação fizeram parte líderes de diversas confissões cristãs e ainda o poeta e padre católico romano José Tolentino Mendonça, e o músico membro de uma comunidade protestante, Samuel Úria.⁷²

Bíblia: um testemunho de gerações

A longevidade de uma instituição é uma das marcas mais explícitas da sua capacidade de se adaptar aos diferentes tempos e momentos que passam a sua existência. Embora correndo o risco de uma análise que pode pecar por redutora, a permanência da Sociedade Bíblica dois séculos após o início da sua atividade em Portugal tem muito a ver com a capacidade que foi demonstrando de, mantendo o seu foco na promoção da Bíblia, se adaptar aos ambientes que se foram sucedendo no espaço e no território português. Por muito que as instituições dificilmente se possam separar das estruturas que em geral lhe servem de suporte, a ação da Sociedade Bíblica em Portugal é bem a manifestação de que esse não é devir universal. Sem negligenciar a existência de estruturas de suporte, nomeadamente as Sociedades Bíblicas Britânica e Estrangeira, a Nacional da Escócia e a Americana, que disponibilizaram recursos para a produção e distribuição da Bíblia em língua portuguesa, e sem esquecer as operosas comunidades britânicas estacionadas principalmente nas cidades de Lisboa, Porto e Funchal, a verdade é que a Sociedade Bíblica deu os seus primeiros passos sem uma estrutura própria e tem atravessado a sua existência com recursos humanos e financeiros bastante reduzidos.

⁷¹ Destak: Atualidade, [URL] <<http://www.destak.pt/artigo/80415>> [07.03.2014]

⁷² Agência Ecclesia: Nacional, [URL] <<http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=80298>> [07.03.2014]

O exercício de observação do que é nos nossos dias a Sociedade Bíblica só poderá fazer sentido se for tido em conta o lastro de mais de 200 anos de outras vivências em contextos diferentes. Num país pouco exposto ao texto bíblico sem mediações, a Sociedade Bíblica começou por se confrontar com o seguinte dilema: ou promover uma tradução da Bíblia desconhecida realizada mais de um século antes por um pastor protestante no distante Oriente, ou disponibilizar uma tradução alternativa terminada apenas uns anos antes e realizada por um padre católico. O pragmatismo acabou por vingar e em vez de concentrar esforços na produção de apenas um texto bíblico, a Sociedade Bíblica venceu assim o paradigma da «tradução única» ou «versão oficial». Este modelo tem sido seguido pela Sociedade Bíblica até aos dias de hoje, tendo mesmo conduzido à realização do seu primeiro projeto de tradução integral da Bíblia. A forte contestação que a ação da Sociedade Bíblica gerou em alguns círculos do Portugal novecentista foi vencida muito mais pela persistência do que pela força ou pelo abuso. Embora nos nossos dias a Sociedade Bíblica seja uma de entre várias agências e instituições dedicadas à distribuição e promoção da Bíblia, tanto no meio católico como no protestante, não tem de ser encarado como perda de relevância da entidade pioneira, mas muito mais de que o seu mister venceu os atritos iniciais e o que hoje é natural e assumido resulta de um percurso nem sempre retilíneo. Precisamente porque hoje outras organizações se dedicam à causa que a Sociedade Bíblica sustentou durante mais de um século em quase completo isolamento parece fazer sentido que a instituição procure novas oportunidades de serviço a uma sociedade e mesmo a um espetro religioso bem mais plurais do que aqueles que a viram nascer, aliando à sua tradicional missão outras alternativas igualmente válidas e relevantes.